

Políticas públicas de juventude na cidade de Manaus.

*Sara dos Santos da Silva¹, Nádia Maciel Falcão².

1. Estudante de IC da Fac.de Educação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM; * sara.santos.ufam@gmail.com

2. Professora do Depto.de Administração e Planejamento da FACED – UFAM

Palavras Chave: Políticas Públicas; Juventude; Condição Juvenil.

Introdução

A pesquisa teve por objetivo geral conhecer as Políticas Públicas de Juventude - PPJs implementadas pelos poderes públicos estadual e municipal na cidade de Manaus no período de 2005 à 2014, identificando as concepções norteadoras das ações e o modo como dialogam com a condição juvenil em âmbito local.

O período definido para este estudo considerou o ano de 2005 como marco da política pública de juventude em âmbito nacional, cujas ações inaugurais foram a criação da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE e do Programa Projovem, por meio da Lei 11.129/2005.

Nos estudos sobre as PPJs identifica-se que a visão do jovem como problema social impulsionou a inclusão deste segmento na agenda pública como demandantes de políticas específicas (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 29). Em contrapartida, a partir dos anos 2000, o entendimento do jovem como sujeito de direitos se fortalece nas políticas públicas (NOVAES, 2009), ressaltando-se, contudo, a assimetria desse processo, quando considerada a atuação dos diferentes entes federados (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

A pesquisa averiguou em que medida as ações das Secretarias de Juventude do Estado do Amazonas e do Município de Manaus estão em consonância com a perspectiva de reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de direitos.

Resultados e Discussão

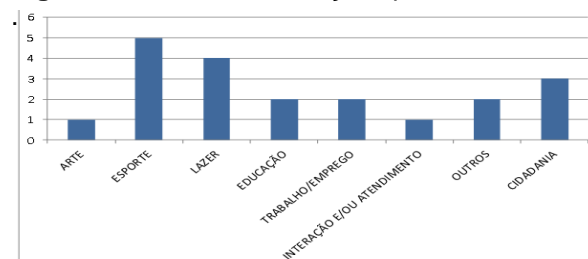
A metodologia privilegiou a técnica da análise de documentos, dentre os quais: leis, projetos, programas, relatórios e outros documentos que estabelecem e/ou informam sobre as diretrizes e ações das Secretarias Estadual e Municipal de Juventude, voltadas ao público de 15 a 29 anos no período estudado.

Os resultados apontam que a institucionalização de setores específicos da administração pública estadual e municipal para atendimento de demandas da juventude ocorre nos anos 2000, acompanhando tendência nacional. A opção das duas esferas administrativas foi pela criação ou reorganização de Secretarias para acomodar a pauta da juventude.

Nos documentos analisados identificam-se ações de diferentes naturezas, variando quanto à periodicidade (contínuas ou eventuais), o foco (esporte, lazer, educação, trabalho/emprego, cidadania etc), o público alvo (específicas para jovens ou envolvendo outros públicos) e até mesmo quanto à responsabilidade das Secretarias (próprias ou parcerias).

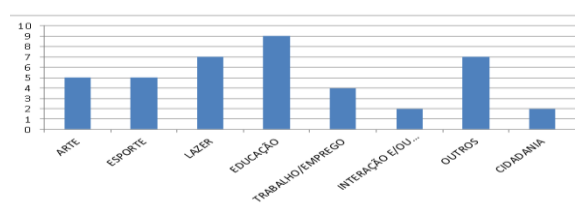
A Secretaria de Estado da Juventude de 2008 a 2014 realizou 09 ações, sendo, 06 contínuas e 03 eventuais as quais tiveram como público alvo predominantemente jovens considerados em vulnerabilidade social.

Figura 1. Quantidade de ações por foco – Poder Estadual



A Secretaria Municipal de Juventude de 2010 a 2014 realizou 36 ações, sendo, 46% contínuas e 54% eventuais as quais tiveram o público alvo semelhante ao da esfera estadual, quanto à responsabilidade destas ações identificou-se que 26% foram realizadas em parcerias e 74% foram próprias da SEMJEL.

Figura 2. Quantidade de ações por foco - Poder Municipal



Quanto às concepções de juventude, predominam nas ações de ambas as esferas, o entendimento da juventude como fase de crise e transição, geradora de tensões sociais que exigem a atenção do Estado, o que pode ser observado tanto no conteúdo quanto nas estratégias de formulação e implementação da PPJs.

Conclusões

Observou-se que as ações priorizam uma parcela específica da população juvenil, a saber, os jovens considerados vulneráveis ou em risco de envolvimento com atos ilícitos, ignorando-se, portanto a diversidade das demandas dos jovens que vivem na Cidade de Manaus, visto que nem todos se enquadram nesse perfil de público atingido pelas ações das Secretarias de Juventude. Quanto à concepção de juventude, constata-se que predomina a noção do jovem enquanto grupo que demanda ações corretivas e de controle do tempo livre e poucas são as ações que acenam para seu entendimento enquanto sujeito de direitos.

Agradecimentos

Ao CNPq, pela concessão de Bolsa IC.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e Políticas Sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. N. 24, set/out/nov/dez 2003. P. 16-39.

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, M. C. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social – revista de sociologia da USP**. V. 17, n. 2, Nov. 2005, p. 141-172.